

-☆ continuação

**Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.**

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.**

ções e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita cut off:** Veja as Notas 3 (c) e 17 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Parte substancial das receitas de serviços da Companhia é proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre ao longo do tempo, ou seja à medida que a Companhia presta o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele. A Companhia efetua estimativa das receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido, mas não tenha sido faturado, baseada em critérios definidos para cada contrato de serviços. Em função da complexidade e julgamento significativo inerente ao processo de determinação do momento de transferência de serviços de operações de cais, desembaraço aduaneiro e armazenagem, o reconhecimento da receita pode estar suscetível a erros na determinação de quando e por quanto o serviço foi prestado. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processamento de receita; (ii) avaliação do montante de receita estimada relativa a serviços já transferidos ao cliente dentro do período de competência; (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram todas as informações relevantes, em especial a divulgação das políticas contábeis da Companhia com relação ao reconhecimento de receita. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do reconhecimento de receita, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sintetizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o provável de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021

**KPMG****KPMG Auditores Independentes**  
CRC - 2SP014428/O-6**Wagner Petelin**  
Contador - CRC - 1SP142133/O-7

Protocolo: 639744

**Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda.**

CNPJ: 06.332.710/0001-03

**Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Pará, 26/03/2021.

A diretoria.

Balanco patrimonial					Demonstração do resultado				
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019		2020	2019	
Caixa e equivalentes de caixa	48	42	Fornecedores e empreiteiros	283	247	Receita operacional líquida	4.738	3.869	
Aplicações financeiras	1.564	878	Obrigações trabalhistas e sociais	130	108	Custos dos serviços prestados	(2.681)	(2.400)	
Contas a receber de clientes	688	785	Obrigações fiscais	32	32	<b>Lucro bruto</b>	<b>2.057</b>	<b>1.469</b>	
Impostos a recuperar	12	68	Imposto de renda e contribuição social	12	6	Despesas de vendas, administrativas e gerais	(1.214)	(1.036)	
Outros créditos	9	7	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	139	139	Outras receitas operacionais	3	-	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.321</b>	<b>1.780</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.673</b>	<b>4.673</b>	<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>846</b>	<b>433</b>	
Contas a receber de clientes	73	7	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	4.673	4.673	Receitas financeiras	194	166	
Ativo fiscal diferido	115	114	Provisão para demandas judiciais	10	-	Despesas financeiras	(183)	(140)	
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>188</b>	<b>121</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>4.683</b>	<b>4.673</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>11</b>	<b>26</b>	
Imobilizado	40	-	<b>Total do passivo</b>	<b>5.279</b>	<b>5.205</b>	<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>857</b>	<b>459</b>	
Ativo de contrato da concessão	571	592	<b>Patrimônio líquido</b>			Imposto de renda e contribuição social	(122)	135	
Intangível	5.099	4.917	Capital social	1.460	1.460	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>735</b>	<b>594</b>	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.898</b>	<b>5.630</b>	Reserva de incentivo fiscal	295	79				
<b>Total do ativo</b>	<b>8.219</b>	<b>7.410</b>	Reserva de lucros	1.185	666				
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.940</b>	<b>2.205</b>				
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>8.219</b>	<b>7.410</b>				
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>					<b>Diretoria</b>				
	<b>Capital social</b>	<b>Retenção de lucros</b>	<b>Reserva de incentivo fiscal</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	1.460	151	-	-	1.611	<b>Eduardo Lopes Barbosa Oliveira</b> Administrador Presidente CPF 028.682.876-62			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	594	594	<b>Leonardo Menna Barreto Laranja Gonçalves</b> Administrador Executivo CPF 027.583.407-71			
Destinação:						<b>Itamar Portela Camargo</b> Contador CRC MS 010387/O5S-PA			
Reserva de incentivo fiscal	-	-	79	(79)	-				
Lucros retidos	-	515	-	(515)	-				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.460</b>	<b>666</b>	<b>79</b>	<b>-</b>	<b>2.205</b>				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	735	735				
Destinação:									
Reserva de incentivo fiscal	-	-	216	(216)	-				
Lucros retidos	-	519	-	(519)	-				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.460</b>	<b>1.185</b>	<b>295</b>	<b>-</b>	<b>2.940</b>				

Protocolo: 639751